

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE  
RACIAL NA ESCOLA

Suelen Chaves dos Santos

**IDENTIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**Afirmação como meio de combate ao racismo**

Belo Horizonte

2016

Suelen Chaves dos Santos

**IDENTIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**Afirmação como meio de combate ao racismo**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ana Amélia Laborne

Belo Horizonte

2016

Suelen Chaves dos Santos

**IDENTIDADE RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

**Afirmação como meio de combate ao racismo**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, pelo Curso de Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Ana Amélia Laborne

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Ana Amélia Laborne – Faculdade de Educação da UFMG

---

Aline Neves Rodrigues Alves – Faculdade de Educação da UFMG

*"Nunca perdi a esperança de que essa grande transformação viria a ocorrer. Não apenas por causa dos grandes heróis que já mencionei, pela coragem dos homens e das mulheres comuns de meu país. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta."*

*Nelson Mandela*

## **AGRADECIMENTOS**

*A Deus, pelo dom da vida e pela oportunidade de alcançar mais esta vitória.*

*Aos mestres que com carinho e dedicação fizeram parte dessa trajetória, agradeço pela sabedoria e compreensão durante esse curso. Em especial agradeço à minha orientadora e professora Ana Amélia Laborne pelo empenho e presteza.*

*Ao Bernardes por sonhar meus sonhos.*

*Aos meus alunos, minha eterna inspiração.*

## RESUMO

Este trabalho apresenta análises de uma intervenção sobre a construção da identidade racial na educação infantil, com crianças de 5 anos. O trabalho em questão foi realizado entre os meses de agosto e dezembro de 2015 em uma escola da rede municipal de Contagem/MG. Utilizou-se como metodologia a observação, intervenção, registros de campo, coleta de dados. O referencial teórico utilizado foram estudos baseados na luta dos movimentos negros, a implementação da Lei 10.639/03, a construção da identidade racial, da afirmação da cultura negra e da prática pedagógica envolvendo a temática, sendo desenvolvidos por autores como ABRAMOWICZ (2010), GOMES, (2010), GOMES (2002), SOUZA (1990), e MUNANGA (1986). Durante a intervenção foi possível perceber que os personagens de filmes e livros possuem grande influência na construção da identidade racial de crianças.

**Palavras-chave:** Movimentos Negros. Lei 10639/2003. Identidade racial na educação infantil. Racismo.

## **ABSTRACT**

This paper presents analysis of an intervention on the construction of racial identity in early childhood education, with children 5 years old. The work in question was carried out between August and December 2015 in a school municipal Contagem / MG. It was used as a methodology to observation, intervention, field records, data collection. The theoretical framework was based on studies in the struggle of black movements, the implementation of Law 10.639/03, the construction of racial identity, of black culture affirmation and pedagogical practice involving the theme, being developed by authors such as ABRAMOWICZ (2010) GOMES (2010), Gomes (2002), Souza (1990), and Munanga (1986). During the intervention it was possible to see that the characters of movies and books have great influence on the construction of racial identity of children.

**Keywords:** Black movements. Law 10639/2003. racial identity in early childhood education. Racism.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. Movimentos Negros: identidade e luta por afirmação de direitos.....</b>	<b>12</b>
<b>3. A Lei 10.639/03 – Perspectiva da lei como uma conquista importante no campo da afirmação de direitos.....</b>	<b>16</b>
<b>4. Intervenção: Construção da identidade racial na educação infantil.....</b>	<b>19</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>6.REFERÊNCIAS.....</b>	<b>28</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>30</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A escola ao longo dos anos conquistou significativos avanços em relação ao combate às desigualdades raciais. A Lei 10.639/2003 representa um marco histórico na luta da valorização da cultura negra na sociedade pois torna obrigatório o ensino da História da África e dos africanos, evidenciando a luta e cultura do povo negro, bem como com a contribuição da população negra para a construção do Brasil em todas as instituições de ensino fundamental.

A escola, como uma instituição importante de socialização, é um espaço privilegiado de construção e reprodução do racismo. Os sujeitos ao frequentar o espaço escolar se deparam muitas vezes com situações de discriminação. Situação que não favorece a valorização da cultura negra, e aumenta a dificuldade de afirmação da identidade racial desses sujeitos. Contudo, em um contexto social permeado por diferenças, a escola configura-se como importante e essencial espaço onde potencializam-se condições para a construção do respeito e da valorização da diversidade.

Para o combate ao racismo na sociedade e a construção da identidade racial da população negra a escola tem papel fundamental nesse processo. Muitas vezes é dentro da escola que o negro experimenta as primeiras situações de discriminação, e na maioria dos casos, não encontra na instituição um apoio para lidar com as situações. Professores omissos e/ou mal preparados apenas contribuem para a perpetuação do racismo seguindo na contramão da construção de uma imagem positiva de alunos e alunas negros e negras. Trabalhar a história da África, bem como as contribuições do povo negro para a construção do Brasil, é o movimento inicial para que muitos estereótipos sejam quebrados. Por um longo período o negro na escola só era visto quando se trabalhava a história da escravidão, sempre vista pela ótica dos colonizadores. Qual a repercussão dessa visão limitada e estereotipada do povo negro para a construção das identidades raciais de nossas crianças e jovens negros e negras?

Essa pergunta se faz pertinente na medida que entendemos que a identidade racial é o reconhecimento do sujeito como pertencente a um grupo dotado de cultura, valores e características próprias. Esse processo de construção identitária nem sempre ocorre de forma tranquila para muitos indivíduos, uma vez que a sociedade brasileira ainda reproduz as

desigualdades e preconceitos que desfavorecem a valorização de alguns grupos, tais como negros e indígenas. Nesse conceito Souza (1990) afirma que:

Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia à qualquer tipo de exploração. (SOUZA, 1990, p. 77)

Muitos avanços são percebidos no combate ao racismo. Podemos destacar a luta dos Movimentos Negros e os avanços na legislação vigente como elementos importantes nesse processo. Entretanto muitos desafios ainda são encontrados e a escola possui papel fundamental na busca da valorização da cultura negra e combate ao racismo.

O interesse inicial em realizar o curso EPPIR (Especialização em Políticas de Promoção da Igualdade Racial na Escola) foi a busca por uma formação específica permitindo assim atuar na escola de forma mais qualificada e efetiva no combate ao racismo. Além disso buscava me sentir mais preparada diante das situações de discriminação ou racismo na sala de aula.

Baseando na trajetória profissional vivida e nas experiências no curso EPPIR foi possível perceber as lacunas que existem no ensino da educação para as relações étnico-raciais na escola. Durante a minha trajetória no curso, pude ampliar meu olhar diante da temática em questão. Mesmo considerando ter uma visão antirracista sobre o tema, foi possível perceber que em muitas situações meu olhar sobre o racismo ainda era muito limitado.

Atuando em uma turma de educação infantil com crianças de 5 anos foi possível perceber como a identidade racial das crianças é um processo em construção. Muitas crianças negras não se sentiam confortáveis ao se declarar como negras, ou em algumas situações afirmavam mesmo ser brancas. De acordo com Munanga (1986, p.27) esse processo pode ser entendido como o embranquecimento do negro principalmente a partir da assimilação dos valores culturais do branco.

Muitas crianças não se declaravam negras, ou afirmavam que negros não são bonitos. Diante disso, percebi a necessidade de realizar uma intervenção na turma, permitindo espaços de debates e oferecendo para as crianças a possibilidade de construir outros conceitos em relação à cultura negra.

Sendo assim, foi possível perceber a necessidade de realizar uma intervenção que possibilitasse às crianças experimentar uma visão diferente com relação aos negros. Uma estratégia inicial escolhida foi a utilização de livros de literatura que tratassem da temática.

Conforme a intervenção foi realizada, algumas atividades foram acrescentadas de acordo com o retorno obtido pelo discurso das crianças, sendo possível destacar o trabalho com os cabelos. Após perceber a relevância do tema para as crianças, o exercício com os cabelos ganhou destaque durante a realização das tarefas com a turma.

Nesse trabalho busco analisar criticamente uma prática pedagógica que está comprometida com a educação para as relações raciais. Para isso, apresento no primeiro capítulo um breve levantamento da luta do movimento negro na busca pela igualdade racial.

No segundo capítulo apresento a Lei 10.639/2003 e como ela representa uma conquista significativa para o desenvolvimento da educação para as relações étnico-raciais.

Por fim, no terceiro e último capítulo descrevo a intervenção realizada em uma turma de educação infantil da Rede Municipal do município de Contagem-MG, onde utilizei de diferentes atividades para perceber a visão que as crianças tinham do significado de ser negro. Com essa intervenção pude perceber como a construção da identidade racial negra fica comprometida pela discriminação presente na sociedade.

## 2. Movimentos Negros: identidade e luta por afirmação de direitos

Após a abolição alguns autores brasileiros, sobretudo Gilberto Freyre, difundiram a ideia de uma democracia racial. Mesmo não utilizando este termo em sua principal obra relacionada à temática, *Casa Grande e Senzala* (1977), com a grande repercussão do seu livro o termo passou a ser utilizado associando ao seu nome e às relações raciais da maneira como se estabeleciam no Brasil. O mito da democracia racial se tornou um mito de criação da própria sociedade brasileira, nos fazendo acreditar que negros e brancos viviam harmonicamente no Brasil e que as diferenças ficaram no passado. De acordo com Freyre (1977):

À mesa patriarcal das casas grandes sentavam-se como se fossem da família, numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos. (FREYRE, 1977, p. 346)

Contudo a realidade não correspondia a este pensamento e os negros passaram a lutar contra um inimigo que era negado no país: o racismo. Buscar a igualdade de direitos em um ambiente onde todos negam que a desigualdade exista, torna a luta ainda mais desafiadora. Apesar de se negar o racismo no Brasil, em 05 de janeiro de 1989 foi implementada a Lei 7.716/89, onde se determina que qualquer prática de racismo ou discriminação de raça, cor, etnia ou religião passa a ser crime no Brasil, uma conquista importante para toda a população.

Mesmo em meio a diversidade, os movimentos negros foram surgindo no Brasil e se fortalecendo ao longo do tempo. A resistência se deu em diferentes momentos com o objetivo de lutar contra os abusos sofridos pela população negra. Os negros utilizaram-se de diferentes estratégias para resistir as agressões sofridas por eles. Desde o tempo da escravidão, o povo negro lutou pela sobrevivência e pelo direito a uma vida digna. A formação dos quilombos são exemplo da resistência dos negros desde o período da escravidão, mostrando que não estavam passivos às injustiças sofridas. Muitas mulheres negras que foram violentadas por homens brancos, inclusive optavam pelo aborto para não gerar filhos frutos de abusos.

Com o passar do tempo diante das desigualdades vividas e com a falta de oportunidades, os negros passaram a se encontrar e se organizar em diferentes espaços. Os salões de beleza especializados em cabelo afro, por exemplo, passaram a ser um dos ambientes de resistência e valorização da cultura e da estética negra. A música, a religião e a capoeira também representaram importantes instrumentos de resistência diante da cultura branca imposta. Manter

as raízes culturais de origem africana possibilitou aos negros que sua herança não fosse perdida. A população negra buscou sua representação também no teatro e jornalismo mesmo que fosse necessário criar espaços específicos, já que não havia muita abertura para a inclusão dos negros nestes espaços.

A criação de movimentos antirracistas organizados representa um desafio grande para os militantes negros, mas dessa forma muitas conquistas foram adquiridas no passar do tempo. De acordo com Araújo (2015 p. 458) “Essas lutas foram gestadas desde os anos 70, somando com as lutas específicas do Movimento Negro e das Mulheres Negras.” Percebendo as injustiças que sofriam e a herança cultural gerada pela escravidão os negros passaram a se organizar pela luta de seus direitos.

A partir dos anos 1990/2000 estes movimentos de militância passam a cobrar de maneira mais sistematizada políticas públicas específicas que atendessem a população negra. Tendo assim como objetivo a reparação dos prejuízos sofridos pelo povo negro ao longo dos anos. Santos e Rocha (2008) apresenta como as reivindicações foram ganhando força no país:

Denunciando a desigualdade racial existente no Brasil os movimentos sociais, na segunda metade do século XX, denominados identitários provocaram o debate sobre o lugar da diversidade e da diferença cultural no Brasil contemporâneo. (SANTOS, ROCHA 2008, p. 96)

A escola por muito tempo foi omissa diante da luta antirracista. Em muitos momentos além de não apoiar, criou legislações que proibiam a presença do negro na escola pública, e criou mecanismos de apresentar o povo negro de forma inferior e estereotipada. Após a Lei nº 10.639/2003 que passa a se incluir a História da África e seus descendentes ao currículo escolar. Este passo representou grande progresso na valorização da cultura negra no ambiente escolar.

Nos dias atuais as reivindicações na luta pelos direitos da população negra se tornaram ainda mais fortes. Muitas conquistas já foram adquiridas, mas o processo é lento. Os negros têm alcançado, pouco a pouco, espaço de representação em vários seguimentos da sociedade. Esse processo traz repercussões para a própria construção das identidades raciais negras.

Neste contexto, identidade pode ser entendida como um conjunto de características (físicas e psicológicas) essenciais e distintivas de alguém, de um grupo social ou de uma coisa. De acordo com Gomes (2003):

A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que

pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. (GOMES, 2003, p. 171)

Assim percebemos a importância do pertencimento e reconhecimento de um sujeito ao seu grupo. A construção da identidade racial negra em uma sociedade racista, onde os anos de desigualdade e opressão não favorecem a construção de uma identidade racial positiva para essa população, torna-se um desafio para a população negra e toda a sociedade em modo geral. Muitos estereótipos negativos são associados aos negros dificultando a construção de uma imagem positiva de si.

Um dos elementos que dificulta a construção de uma identidade positiva da população negra tem relação com o racismo, enquanto um elemento estrutural das relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira. Nesse contexto, a imagem do branco é valorizada e tida como superior. Souza, (1990, p.17) afirma que:

Esse olhar se detém, particularmente, sobre a experiência emocional do negro que, vivendo nessa sociedade, responde positivamente ao apelo da ascensão social, o que implica na decisiva conquista de valores, status e prerrogativas brancos. (SOUZA, 1990, p. 17)

Temos nesse argumento alguns traços que problematizam a construção de identidades raciais no contexto de sociedades marcadas pela discriminação racial. O branqueamento se torna, nesse sentido, um elemento fundamental para pensarmos as implicações do racismo nas possibilidades de construção de identidades negras no Brasil.

Ser negro no Brasil requer grandes desafios, uma vez que toda a herança de um povo é vista com preconceito e desconfiança, como a religião, música, características físicas, entre outros. Reconhecer-se como negro, ter orgulho do seu povo e lutar por seus direitos é uma construção que depende de diversos fatores. Na lógica do branqueamento, os negros passaram a negar sua origem na busca de se aproximar o quanto mais da cultura e valores dos brancos, uma vez que estes são valorizados e reconhecidos como superiores.

As crianças da educação infantil, sobretudo as meninas, muitas vezes se identificam e se espelham nas princesas dos contos clássicos e dos filmes infantis. Consideram essas personagens como uma modelo de beleza a ser seguido, sendo que estas personagens são em sua grande maioria brancas. De acordo com Souza, (1990, p. 5) “Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade do seu corpo e de sua história ética e pessoal.” Em rodas de conversa com a turma

era comum perceber o discurso de muitas meninas se projetando com a imagem de suas personagens favoritas. Muitas afirmavam o desejo de alisar os cabelos e pintar de loiro para “ficar parecida com a princesa”.

Contudo para a construção positiva da identidade racial negra, não basta que o indivíduo se reconheça como integrante da raça negra, mas sim que esta imagem seja valorizada inicialmente pelo próprio sujeito e pelo seu círculo de convívio. Construir uma imagem positiva de si, em uma sociedade onde impera a valorização do branco como soberano, verdadeiro, belo e bom, torna-se um desafio grande. As bonecas, as apresentadoras infantis, os personagens de livros, as princesas dos contos clássicos e a mídia reforçam este conceito que existe desde os tempos da escravidão.

Diante dessa realidade e de tudo que foi estudado no curso de especialização, de minhas experiências diante das intervenções realizadas, percebi a necessidade de realizar um projeto de intervenção em uma das turmas que atuo com alunos da educação infantil. A contação de histórias infantis faz parte da rotina das turmas e desperta grande interesse por parte das crianças que gostam de foliar e fazer reconto dos livros. Sendo assim, o trabalho foi realizado com a literatura infantil, utilizando os livros como ferramenta de introdução da temática.

Uma importante conquista do movimento negro foram algumas mudanças na legislação vigente, oferecendo aos negros a possibilidade de reparar as desigualdades vivenciadas ao longo da história. No campo da educação, a implementação da Lei 10.639/2003 representa um marco na educação para as relações étnico-raciais, bem como a possibilidade de promoção da igualdade racial na escola.

### **3. A Lei 10.639/03: Perspectiva da lei como uma conquista importante no campo da afirmação de direitos**

Ao longo dos anos muitas conquistas foram adquiridas por meio das lutas realizadas pelos Movimentos Sociais Negros, que denunciavam os abusos e desigualdades sofridas pela população negra notadamente desde a década de 1970. A implementação da Lei 10.639/2003, que altera os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96 – LDB), determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, sancionada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, e o então Ministro da Educação, Cristóvan Buarque, representa um avanço não só na educação, como na sociedade em modo geral. Segundo a Lei, o tema deve ser desenvolvido no âmbito de todo o currículo escolar, mas sobretudo nas disciplinas de História, Língua Portuguesa, Literatura e Educação Artística. Estes conteúdos então passaram a ser obrigatórios em estabelecimentos de ensino fundamental, públicos ou particulares. O calendário escolar passou a incluir o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A implementação da Lei gerou reações diversas na sociedade. Sendo que de um lado setores da educação eram contrários e questionavam a necessidade de se ter uma lei específica que tornasse obrigatório o ensino da cultura negra na escola. De acordo com Rocha (2007, p. 26), os críticos consideravam essa medida desnecessária e autoritária. Os argumentos eram que não havia necessidade de se implementar tal lei uma vez que a LDB (Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional) já contemplava essa temática. Consideravam a Lei autoritária, por comprometer a autonomia do currículo dos estados brasileiros.

Em contrapartida muitos educadores e representantes dos movimentos sociais negros comemoravam a conquista significativa no âmbito da educação racial no Brasil. Considerando assim a implementação e aplicação da lei de total relevância para o combate às desigualdades vividas pelos alunos negros na escola. Segundo Rocha (2007):

Ao omitir conteúdos em relação à história do país relacionados à população negra, ao omitir contribuições do continente africano para o desenvolvimento da humanidade e ao reforçar determinados estereótipos, a escola contribui fortemente para o reforço de construções ideológicas racistas. (ROCHA, 2007, p. 28)



A escola muitas vezes não apenas deixava de combater o racismo, como também contribuía para a manutenção e agravamento das desigualdades raciais. Ao longo da história, o espaço escolar representou, e muitas vezes ainda representa, o local onde os negros experimentam o racismo e a discriminação pela primeira vez. Não é somente da escola a responsabilidade de superação do racismo, contudo esta representa um espaço privilegiado que reflete diretamente na sociedade, uma vez que a formação dos sujeitos tem influência direta nas suas experiências escolares.

A falta de representação e valorização da cultura negra torna ainda mais comprometida a construção da identidade racial no meio escolar, bem como na sociedade em modo geral. Amâncio (2008, p.37) argumenta que a implementação da Lei 10.639/03 muda o lugar tradicionalmente direcionado à cultura de matriz africana, além de resgatar e elevar a autoestima dos alunos negros, que passam a se enxergar na produção do conhecimento de forma positiva.

O trabalho com a educação para as relações étnico-raciais na escola a partir da Lei 10.639/03 representa um marco não só para os alunos que possuem origem africana, mas para os brasileiros em modo geral. Falar da história e cultura da África e da contribuição que os africanos tiveram na construção do Brasil, é falar da história de todos os brasileiros. Muito além de se trabalhar somente a escravidão, como o currículo escolar sempre abordou, propondo uma visão da população negra como inferior e passiva, a perspectiva da lei propõe uma ótica onde busque apresentar a cultura da população negra. A capoeira, a música, a religião, as comidas típicas, as danças de origem africana, além do vocabulário são algumas das contribuições que os africanos deram para a cultura brasileira. Além do campo cultural, contribuirão na agricultura, mineração entre outros campos.

Apesar dos avanços alcançados, sabemos que a falta de um posicionamento assertivo por parte da gestão, das instituições escolares e de muitos docentes dificulta a mudança deste quadro. Rocha (2007 p. 32) afirma que a Lei 10.639/03 pode representar como uma importante ferramenta de combate ao racismo e por consequência a superação do quadro de desigualdades raciais e sociais. Contudo para que estas conquistas sejam alcançadas é necessário o comprometimento por parte de todos os envolvidos no processo de educação escolar. Infelizmente estes conceitos ainda não estão consolidados para a maioria dos profissionais de educação, que muitas vezes se omitem ou julgam não possuir formação que os habilitem a promover o trabalho para as relações étnico-raciais.

A falta de formação específica e, muitas vezes, de interesse dos professores, contribui para a não aplicação da lei. Abramowicz (2010, p.70) afirma que mesmo após a implementação da lei muitos profissionais da educação, apesar de demonstrarem abertos a trabalhar a temática em sala, não se mostram preparados para o trabalho. Contudo não basta apenas que sejam ofertados cursos de formação aos profissionais da educação, se estes não estiverem predispostos a aplicar a lei e fazer as intervenções necessárias de combate ao racismo no espaço escolar.

Mesmo após mais de uma década da implementação da lei, é possível perceber que o trabalho com a educação para as relações étnico-raciais ainda é muito restrito a datas comemorativas, como o dia da Consciência Negra. Araújo (2015, p. 457) afirma que muitos educadores trabalham a temática não apenas por perceber a sua importância, mas devido a sua obrigatoriedade.

Ainda assim, mesmo que muitas escolas ainda trabalhem de forma restrita e limitada, o fato de algum trabalho estar sendo realizado nas escolas já representa um progresso significativo para a luta da igualdade racial na escola e em toda a sociedade. Araújo (2015, p. 461) apresenta que “A legislação é, portanto, um avanço no campo jurídico-político e lentamente influencia as instituições, conforme as mentalidades e as subjetividades.” A inserção da temática no cotidiano escolar e a mudança de postura por parte dos professores, representa a possibilidade de avanços em relação a igualdade racial, não somente na escola, como na sociedade em modo geral.

Na escola que atuo e onde foi realizada a intervenção citada, é possível perceber que alguns professores trabalham a temática, contudo esse trabalho acontece de forma isolada e restrita. As atividades são concentradas no mês de novembro, onde no dia 20 é comemorado o Dia da Consciência Negra. Geralmente estes trabalhos são realizados pela professora de Artes e pelos professores de História. Apesar de todos concordarem que a temática é relevante, não existe uma mobilização no sentido de desenvolver um trabalho conjunto. Não existe um projeto sistematizado no calendário escolar que envolva todos os profissionais e estudantes.

Sendo assim optei por realizar uma intervenção somente com a turma da educação infantil, a fim de iniciar com as crianças a discussão a respeito das relações étnico-raciais, bem como perceber o posicionamento das mesmas em relação à temática.

#### **4. Intervenção: Construção da identidade racial na educação infantil**

Considerando a legislação citada e a relevância de se trabalhar as questões raciais na escola, foi elaborada uma intervenção com o objetivo de dialogar com crianças da educação infantil afim de perceber o seu posicionamento diante da identidade racial. A intervenção foi desenvolvida em uma turma de educação infantil com crianças de 5 anos, em uma escola pública da Rede Municipal de Contagem. A turma era composta por 15 crianças, sendo 7 meninas e 8 meninos.

Um fato curioso que despertou ainda mais o interesse pelo desenvolvimento da intervenção foi que mesmo a turma sendo composta pela maioria de crianças negras, no diário da turma<sup>1</sup> não havia nenhuma criança declarada pela família como negra. As famílias ao matricularem a criança na escola informam a raça da criança, e ao analisar este documento foi possível perceber que nenhuma era declarada como negra. Algumas eram descritas como pardas e várias como sendo brancas. Sendo assim foi possível perceber que ainda muitas famílias têm dificuldade de reconhecer seus filhos como sendo negros. Apesar de atualmente os negros reivindicarem seu espaço na sociedade e buscar a afirmação da sua identidade e herança cultural, a imagem do negro no Brasil ainda carrega várias imagens negativas. Mesmo depois de tantos anos da abolição da escravatura, negros ainda são vistos como inferiores e alvo de preconceito. Reconhecer seu filho como sendo negro, pode representar como colocá-lo neste lugar de discriminação.

Percebendo o comportamento de algumas crianças, sobretudo as meninas, foi possível perceber que muitas vezes demonstravam o desejo de terem características de pessoas brancas, como o cabelo liso e loiro e olhos claros. Dentro dessa perspectiva foi elaborado o projeto de intervenção. De acordo com Araújo, (2015, p. 459) “E é também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser educadas para considerar o outro e romper com preconceitos em diferentes situações, espaços e com quaisquer sujeitos.”

---

<sup>1</sup> Diário é o documento da escola onde constam as informações da turma, como os dados principais dos estudantes, lista de presença e conteúdos que serão trabalhados ao longo do ano.

No decorrer da intervenção foi possível identificar como a construção da identidade racial é um aspecto relevante que merece ser considerado. Muitas crianças negras não se identificam como tal e muitas vezes julgam o fato de ser negro como inferior.

Perceber as contribuições do povo negro e conhecer as heranças históricas e culturais faz-se necessário para o desenvolvimento da consciência de pertencimento identitário e valorização da população negra.

Diante do exposto, percebi que a literatura infantil pode ser utilizada como uma ferramenta importante para o trabalho com as questões étnico-raciais de crianças pequenas, pois as mesmas percebem os personagens como referenciais de comportamento e admiração. A literatura infantil encanta crianças de diferentes idades e representa importante instrumento de ludicidade e desenvolvimento. Baseando-se nessa perspectiva o objetivo da intervenção era tratar das questões raciais partindo o discurso de livros infantis.

O primeiro livro trabalhado foi *Menina Bonita do Laço de Fita*, um clássico de Ana Maria Machado. O livro traz a história de uma menina negra e um coelho. O coelho fica encantado pelas características da menina. O coelhinho branco quer ter uma filha pretinha como aquela menina do laço de fita. Mas ele não sabe como a menina herdou aquela cor. A autora apresenta uma proposta de valorização da beleza negra, bem como a possibilidade de dialogar a respeito da herança das características físicas, uma vez que o segredo da Menina Bonita de ser tão pretinha era pelo fato de ela ter descendentes negros. Ao ressaltar a beleza da menina foi possível abrir discussões na turma sobre o belo e qual a percepção as mesmas tinham sobre o seu corpo. Gomes (2002) afirma que:

E é justamente o olhar sobre o corpo negro na escola que nos leva a considerar como professores/as e alunos/as negros e brancos lidam com dois elementos construídos culturalmente na sociedade brasileira como definidores do pertencimento étnico/racial dos sujeitos: a cor da pele e o cabelo. (GOMES, 2002, p. 42)

Após a contação da história com a utilização de fantoches, as crianças participaram de roda de conversa onde puderam expor suas impressões sobre o livro e as questões raciais. Foi mostrado para as crianças o globo terrestre e a localização da África, o local de onde vieram os ancestrais da *Menina Bonita do Laço de Fita*, sendo esse um momento para perceber quais as informações que as crianças tinham sobre o continente africano.

Apesar de crianças de 5 anos ainda não terem muito bem definido o entendimento de espaço e o conceito de África ser um pouco abstrato, achei importante falar um pouco das

características do continente e as heranças culturais que o Brasil recebeu dos africanos, como a dança, culinária, entre outros.



Figura 1: Personagens do livro A Menina Bonita do laço de Fita

Outra ação significativa foi o Dia da Boneca e Boneco na escola. As crianças foram convidadas a levar uma boneca ou boneco para a escola. Após os momentos de socialização e brincadeiras, foi realizada uma roda de conversa com o objetivo de discutir o porquê de não haver bonecas ou bonecos negros. Algumas crianças relataram que as loiras são mais bonitas. Esse fato exemplifica o quanto a valorização do fenótipo branco e como isso influencia a percepção das crianças diante da imagem do negro. Uma criança que considera somente as bonecas brancas como belas, dificilmente vai considerar sua própria imagem negra como bonita. Foi solicitado à escola a compra de bonecas negras, que ainda não foram adquiridas.



Figura 2: Roda de conversa realizada com a turma sobre a temática racial.

O cabelo, sobretudo das meninas foi alvo de vários debates na turma, onde algumas crianças demonstraram o desejo de alisar os cabelos e clarear para ficarem parecidas com “as princesas”. Nos momentos de conversa com o grupo alguns meninos também expuseram sua opinião sobre o cabelo, e alguns disseram que o cabelo do colega que é liso é mais bonito e macio. Gomes (2002) afirma que:

Mesmo que reconheçamos que a manipulação do cabelo seja uma técnica corporal e um comportamento social presente nas mais diversas culturas, para o negro, e mais especificamente para o negro brasileiro, esse processo não se dá sem conflitos. Estes embates podem expressar sentimentos de rejeição, aceitação, resignificação e, até mesmo, de negação ao pertencimento étnico/racial. (GOMES, 2002, p. 44)

A aceitação do cabelo crespo nem sempre ocorre de forma tranquila para as crianças. A exigência da sociedade em se ter um cabelo “arrumado” muitas vezes impõe a criança negra uma não aceitação da sua imagem. Geralmente, é na escola que os primeiros conflitos com o cabelo aparecem. Em uma sociedade racista, é comum situações onde o cabelo seja alvo de preconceito e ofensas. Ao adquirir certa idade, essas meninas, acabam se submetendo a procedimentos que visam alisar os cabelos, perdendo assim suas características de origem. Esse processo (MUNANGA, 1986, p.6) é chamado de *embranchamento cultural*.

Na turma onde foi realizada a intervenção, não foram percebidos apelidos ou ofensas aos colegas com relação às características da população negra, mas as crianças muitas vezes enalteciam as características de pessoas brancas como os olhos azuis ou verdes, como sendo os mais bonitos, por exemplo.

O livro *Cabelo de Lelê*, foi utilizado para abordar a temática do cabelo na turma. Lelê era uma menina que tinha o cabelo crespo e não gostava da sua aparência, mas após conhecer a origem africana do seu cabelo e de seus ancestrais passa a gostar de seu cabelo e perceber que pode utiliza-lo de diferentes maneiras.

Como muitas crianças demonstravam o desejo de ter cabelos loiros e lisos, foi construído juntamente com as crianças um gráfico de colunas com os tipos de cabelos na turma. O objetivo dessa atividade era apresentar o tipo de cabelo mais comum na turma para que pudessem perceber que tinham características semelhantes entre si e a personagem do livro. Em um cartaz havia os possíveis tipos de cabelo: preto, castanho, loiro e ruivo. Cada criança recebeu a foto do seu rosto e ao lado do cartaz na sala havia um espelho para que em caso de dúvidas a criança pudessem observar suas características. Ao se observar no espelho as crianças facilmente se identificavam com as imagens do quadro.

Outro material utilizado para a realização da dinâmica foi a apresentação de figuras de crianças recortadas de revistas com as quatro possíveis cores de cabelo. Muitos acharam, curioso e diferente a criança ruiva e disseram que nunca tinham visto uma criança assim. Outro fato relevante é que algumas crianças disseram que não gostavam da criança loira e alguns tentaram amassar a fotografia. O resultado da atividade foi que na turma havia duas cores de cabelo: preto e castanho. Após a construção do gráfico foi realizada uma roda de conversa onde todos puderam expor seus sentimentos em relação à realização da tarefa. Algumas crianças relataram que gostavam da sua aparência, contudo algumas crianças disseram que quem tem cabelo liso e loiro é mais bonito. Ao final, foi discutido com as crianças a importância de se gostar e se aceitar.



Figura 3: Livro O Cabelo de Lelé

Foi realizado na escola o “Dia da Beleza”, onde as crianças puderam realizar penteados com o auxílio das professoras, buscando assim a valorização das suas características pessoais. Da mesma forma que a personagem do livro, as crianças se divertiram com penteados que não tinham o hábito de utilizar. Depois desse dia algumas famílias passaram a variar os penteados das crianças utilizando tranças e acessórios, enfeitando mais os cabelos das crianças.

Durante a intervenção realizada na turma foi possível perceber que o cabelo representa um significativo alvo de debates. Os meninos de forma mais tímida apresentaram algumas vezes insatisfação com o cabelo, um menino disse durante uma roda de conversa que não gosta quando corta o cabelo, pois fica muito “careca”. Entretanto foi possível perceber que para as meninas a relação com o cabelo é bem mais significativa, pois muitas vezes demonstravam o interesse em alisar ou tingir os cabelos de loiro. Para Gomes (2002):

As meninas negras, durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo. As tranças são as primeiras técnicas utilizadas. Porém, nem sempre elas são eleitas pela então criança negra – hoje, uma mulher adulta – como o penteado preferido da infância. (GOMES, 2002, p. 43)

Algumas atividades foram feitas com objetivo de contribuir com a construção da identidade racial, bem como sua valorização. Frequentemente são realizadas apresentações de música e teatro na escola, seja para apresentações simples, onde uma turma se apresenta para a outra, ou em exposições para toda a escola. Nesses momentos são oferecidas as oportunidades para que todas as crianças tenham destaque nas peças, uma vez que durante muitos anos os estudantes negros sofreram, e ainda sofrem exclusões no espaço escolar, onde somente crianças brancas são protagonistas em apresentações. Acredito, assim, estar buscando em pequenas, mas significativas ações, favorecer a valorização de todos e o desenvolvimento da autoestima de todas as crianças.

Outras ações simples foram percebidas na rotina da turma, como por exemplo a orientação para os alunos da expressão “lápiz cor de pele”, que os alunos se referem ao lápis rosa claro como sendo a cor de pele padrão. Na roda de conversa e nas aulas de artes os alunos receberam orientação de que essa expressão não corresponde à realidade uma vez que existem diferentes tons de pele. Aos poucos foi possível perceber que a expressão passou a ser menos utilizada e que as atividades de colorir passaram a ter outras cores na pele nos personagens.

Ainda buscando contemplar essa discussão, as crianças foram convidadas a pintar seu autorretrato. Sendo que receberam um rosto em papel branco e deveriam escolher a cor da tinta que mais combinava com seu tom de pele. Durante a atividade foi oferecido às crianças um espelho e várias cores de tinta que contemplavam vários tons de pele existentes na turma. Foi percebido que algumas crianças tinham dúvida em relação à cor que deveriam pintar, mesmo as crianças tendo liberdade de escolher a cor, todas acabaram escolhendo uma tinta que se aproximava do tom real da sua pele.



Alguns resultados já puderam ser percebidos, entretanto muitos outros aspectos vieram à tona com o desenvolvimento do trabalho. Na rotina de trabalho com as crianças nem sempre era possível identificar as opiniões que foram expressas durante a realização da intervenção. Dessa forma foi possível perceber que é necessário que o professor esteja com o olhar voltado para a temática, para que as crianças tenham oportunidades de se expressar e que assim as possíveis intervenções sejam feitas. Sendo assim a relevância do projeto ao longo do seu desenvolvimento ficou cada vez mais evidente.

Na sala de aula essas situações são facilmente observadas, ainda mais durante a execução de projetos que enfoquem a educação para as relações étnico-raciais. Esses projetos são de grande importância, pois evidenciam diversas situações que as vezes passam despercebidas, permitindo que algumas intervenções possam acontecer e colaborar assim para a construção da identidade racial negra. Este é um resultado evidente da implantação da Lei 10.639/03, pois uma vez que o trabalho com a temática faça parte do calendário escolar, as possibilidades de se promover a igualdade racial na escola são maiores.

Ao final da intervenção foi realizada a culminância do projeto. Os pais foram convidados a visitar a exposição de trabalhos realizados pelas crianças ao longo do processo, com colagens, pintura e desenhos. As famílias foram orientadas a confeccionar um boneco ou boneca negros, que também foram expostos no dia da feira. Foi sugerido também que no dia da exposição as crianças fossem para a escola utilizando penteados afro. A participação das famílias surpreendeu positivamente a todos na escola. As crianças explicaram para as famílias o que aprenderam durante a intervenção, como o respeito às diferenças, e a valorização de suas características.

A realização deste trabalho foi muito satisfatória para mim, uma vez que mostrou que mesmo crianças bem pequenas podem promover discussões muito proveitosas e significativas no que diz respeito às relações étnico-raciais. É possível identificar também que a intervenção realizada é somente o início de um trabalho que precisa ser realizado todos os anos com as crianças de qualquer idade. Somente assim os resultados desejados poderão ser percebidos na sociedade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da luta dos movimentos sociais negros o direito à igualdade foi reivindicado pelos negros e assim alguns avanços são percebidos. A legislação vigente, sobretudo a Lei 10.639/03, possibilita que a escola trabalhe na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais.

Baseando-se no conceito de que a escola é o espaço do saber e do encantamento, o trabalho com a diversidade propicia aos estudantes a oportunidade de vivenciar experiências positivas em relação à cultura negra, favorecendo a construção da identidade racial negra.

O trabalho para a educação das relações étnico-raciais precisa fazer parte da proposta pedagógica da escola e ser tema constante de estudos, não se restringindo apenas à datas comemorativas. Compreendendo que as crianças se utilizam de personagens infantis como referenciais de comportamento e beleza, faz-se necessária a utilização de instrumentos que possam auxiliar na promoção e valorização da cultura negra. A literatura infantil é uma ferramenta importante nesse processo, considerando que filmes infantis, brinquedos e personagens clássicos em sua maioria não possuem representantes da cultura negra.

Independente da faixa etária da turma, é possível realizar um trabalho para a educação das relações étnico-raciais que busque promover a igualdade racial, o combate ao racismo e que venha a favorecer a construção da identidade racial por parte dos estudantes. De acordo com os interesses e demandas das crianças as estratégias podem ser elaboradas afim de, não somente cumprir uma determinação legal, mas de buscar atender uma necessidade da sociedade. Para que isso ocorra é necessário que haja o interesse por parte do grupo de professores e assim o trabalho com a temática racial seja inserido no cotidiano escolar, gerando ao longo do tempo a construção de uma sociedade mais justa e com igualdade de direitos para todos os indivíduos, bem como o direito à diferença.

Na realização dessa intervenção, muitos aspectos que foram expostos, nem sempre eram percebidos na rotina da sala de aula para mim. Um exemplo disso foi durante a confecção de um cartaz com imagens de pessoas de diferentes características físicas, as crianças sempre optavam por recortar das revistas pessoas brancas. Quando eram feitas intervenções, a fim de sugerir que recortassem pessoas com outras características também, uma criança negra disse

que não queria recortar “preto feio”. Fato que gerou em mim surpresa e demonstrou ainda mais a relevância da realização deste trabalho. Essas e em outras situações que foram sendo apresentadas ao longo das aulas possibilitaram a exposição de um racismo que eu não conseguia perceber na sala.

Outra questão que foi muito impactante foi o fato de muitas crianças não se reconhecerem como negras. A negação da própria identidade pode ser entendida como um processo cruel que sinaliza que para ser aceito na sociedade, é preciso negar a si mesmo. (Gomes, 2005). Algumas conquistas foram sendo percebidas ao longo desse processo, como o fato de que no vocabulário das crianças passou a ser incorporado socialmente algumas expressões que antes elas percebiam como xingamentos, como “negro” e “cabelo crespo”.

Percebi a necessidade desse trabalho ser incluído na rotina escolar diante da importância da dimensão racial para a construção de uma identidade positiva das crianças negras. No entanto, percebi a limitação do tempo, pois se a intervenção tivesse começado no início do ano letivo, talvez pudesse ter alcançado resultados mais efetivos.

Ainda me sinto insegura em lidar com algumas situações onde o racismo acontece na escola, mas hoje me vejo mais preparada para realizar intervenções e propor aos alunos outras possibilidades de perceber a cultura negra. Os desafios encontrados para os profissionais da educação no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais são imensos. Entretanto o número de professores engajados nesse propósito tem crescido, mesmo que lentamente, o que traz mais ânimo e esperança para a promoção da igualdade racial na escola.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOWICZ, Anete; GOMES, Nilma Lino. Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 123 p.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. Lei 10.639/03, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. et. al. *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 31-46.

ARAÚJO, Marlene. EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: inquietações, indagações e movimentos de superação. Revista Eventos Pedagógicos Desigualdade e Diversidade étnico-racial na educação infantil, vol. 6, no. 4, nov./dez. 2015. p. 450-481

BELÉM, Valéria. O cabelo de Lelê.. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: *Obra escolhida*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, S.A., 1977

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? Rio de Janeiro: Rev. Bras. Educ. no.2, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. São Paulo: Educ. Pesqui. vol.29 no.1. Jan./June 2003

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

MACHADO, Ana Maria: Menina bonita do laço de fita. 7º edição. São Paulo. Ática, 2005

MUNANGA, Kabengele. Negritude: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986. 88p.

SANTOS, Sônia Querino dos Santos; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Rio de Janeiro. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. vol.16 no.58. Jan./Mar. 2008.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão. Política Educacional e a Lei 10.639/03: Uma reflexão sobre a necessidade de superação de mecanismos ideológicos legitimados do quadro de desigualdades raciais e sociais na sociedade brasileira. In: COSTA, Hilton. et al.. *Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras*. Paraná: UFPR, 2007. p. 25-37.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro, ou, As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990 90p.

## 7. ANEXOS:

Poema: Raça nobre de puro sangue<sup>2</sup>

Por Suelen Chaves

*Desta raça de puro sangue*

*Que o grito está preso na alma,*

*A verdadeira liberdade foge ao longe...*

*Raça nobre de puro sangue,*

*A luta se faz nas mãos calejadas...*

*Na mente latente...*

*Rasgue sua pele branca*

*Rasgue seus olhos verdes, azuis e vermelhos*

*Dentro deste navio negreiro.*

*Rasgue sua pele negra, e o sangue será o mesmo*

*Cegue seus olhos se não puder ver*

*Quebre as correntes, a prisão da mente ainda está a te prender*

*Sua crença não lhe faz crer*

*Desta raça de puro sangue*

---

<sup>2</sup> Poema elaborado durante o curso EPPIR - Especialização de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Escola

*Sobra ao mundo essa alma sofrida*

*É todo mundo negro!!! Chega de palavras*